

Direito ao futuro



Pernambuco é, hoje, um Estado estagnado e de profundas desigualdades sociais e econômicas. É por isso que não dá mais para aceitar mais um desgoverno há quase 16 anos, precisamos de um governo sintonizado com as demandas de transformações efetivas dessa cruel realidade da vida do povo pernambucano, com inclusão e equidade social para trabalhadores e trabalhadoras, mulheres, negros e negras, LGBTQI+, ambientalistas, camponeses, quilombolas, pequenos e médios produtores urbanos e rurais, micro e pequenas empresas com participação popular.

Não é possível mais aceitar a maior parcela da população pernambucana vivendo em precárias condições de vida por falta de políticas públicas de inclusão e equidade social. A população pernambucana, especialmente a parcela mais vulnerável, se encontra em situação de insegurança alimentar, fome, desemprego e desalento. E mais, a tão propagada interiorização do desenvolvimento pelo atual governo estadual não aconteceu na prática, o que ocorreu foi uma maior desigualdade regional. A principal vitrine dos governos do PSB, que foi o projeto em torno de Suape, centrado no apoio aos grandes empreendimentos com incentivos fiscais, se revelou a médio e longo prazo um verdadeiro fiasco econômico e social.

Gigantesca é a inoperância e a incapacidade da gestão estadual de Pernambuco com a crescente degradação das condições sociais, econômicas e ambientais do Estado. Por isso, nosso Estado agora é campeão de desemprego, de quantidade crescente de famílias sem teto, de uma violência contra a vida das pessoas, além da ausência de alternativas econômicas para os pequenos e médios comerciantes, produtores e agricultores.

Não há planejamento estruturado de desenvolvimento em Pernambuco, o mapa da estratégia do Governo do Estado não passa de uma peça de ficção e propaganda, inexistem eixos e vetores para orientar efetiva e eficazmente os rumos para que o Estado se desenvolva economicamente e socialmente com proteção e preservação ambiental, com participação popular e inserção de todos os segmentos sociais, que não seja uma política de clientelismo e apadrinhamento, perfil dessa atual gestão estadual.

Este atual Governo de Pernambuco ao longo de sua gestão, não desenvolveu uma política efetiva de inclusão dos menos favorecidos, privilegiando os grandes conglomerados empresariais em

detrimento dos pequenos e médios produtores e empreendedores rurais e urbanos, assim como, o abandono total da promoção da participação cidadã, não propiciando a participação popular nas decisões estratégicas do Estado e nas políticas regionais.

Só há uma palavra que define o atual governo estadual é AUSÊNCIA. Ausência de políticas públicas estruturais no combate à fome; ausência de políticas efetivas de geração de emprego e renda para os setores mais vulneráveis; ausência de prevenção às enchentes e aos deslizamentos das encostas; ausência de política de habitação popular; ausência de política de segurança focada na prevenção; ausência de políticas ambientais efetivas; ausência de democracia e transparência na gestão públicas, ausência de valorização dos servidores, dentre tantas ausências.

Precisamos de um governo em Pernambuco que implemente uma gestão territorial que busque desenvolvimento econômico e social, ambientalmente sustentável, para cada microrregião, construindo Planos de Desenvolvimento Territoriais com a participação efetiva da sociedade, para buscar a geração de emprego, trabalho e renda, capaz de enfrentar os desafios e reduzir as desigualdades sociais, as opressões e discriminações de qualquer espécie. Governando com transparência e ética nas ações de interesse público, com políticas de governo que sejam comprometidas, também, fundamentalmente, com a sustentabilidade ambiental.

Dessa forma, para pôr um fim a essa gestão de exclusão em Pernambuco, é que o **PSOL e a Rede Sustentabilidade** apresentam esse **Programa de Governo 2023-2026 – DIREITO AO FUTURO**, com justiça social, com propostas efetivas que respondem ao abandono que se agravou nos últimos anos em nosso Estado de Pernambuco, construindo uma oposição de esquerda para que seja possível mudar a realidade do Estado e transformar para um **Pernambuco verdadeiramente popular e democrático, socialmente justo, estruturalmente solidário, ambientalmente responsável e com desenvolvimento econômico e social sustentado.**

Foi assim que concebemos a construção desse nosso Programa de Governo, com base nos direitos humanos e políticas de equidade e justiça social e, orientado na inversão de prioridades para as camadas e segmentos sociais mais vulneráveis e desamparados da população pernambucana, social e economicamente. **Tá na Hora da Gente!**

1. INCLUSÃO SOCIAL, IGUALDADE ÉTNICO-RACIAL E DE GÊNERO

Historicamente a organização social de Pernambuco foi construída sob uma base colonial, oligárquica, racista, machista e socialmente excludente. Esse fato se reverbera intensamente nos dias atuais, fazendo com que parte significativa da população, principalmente a população negra, seja impactada negativamente em todos os aspectos. Apesar de um longo processo de luta dos movimentos sociais, algumas conquistas foram alcançadas, mas ainda temos muito o que caminhar para de fato sermos uma sociedade que tenha toda a sua diversidade valorizada e representada positivamente.

Estudos revelam que a maioria das mulheres negras permanecem na subalternidade da pirâmide social, recebendo menos e sendo maioria no alvo da violência doméstica. A comunidade LGBTQIA+, é cotidianamente violentada, os dados denunciam que é cada dia mais urgente em nosso Estado ações de acolhimento e proteção para pessoas da comunidade LGBTQIA+. Populações indígenas ainda lutam para ter suas terras demarcadas e regularizadas. Pessoas com deficiência seguem sofrendo com dinâmicas sistêmicas de exclusão e opressão, os trabalhadores e trabalhadoras são vítimas do abuso do poder do capital e do desrespeito às leis trabalhistas e sociais, entre outros.

Nosso compromisso é com a promoção da justiça social, equidade de raça, gênero, e com todos os grupos que historicamente vivem em situações de vulnerabilidades. Dessa forma, compreende-se aqui que “Inclusão Social, Igualdade Étnico-racial, Gênero e Valorização da Diversidade” trata-se de um núcleo estruturante e transversal que perpassa por todos os eixos de políticas para o nosso programa de Governo, assim, aqui é um espaço que lhe oportuniza a contribuir com propostas, ideias, sugestões de políticas, ações e programas para a promoção de uma sociedade mais justa, que reconhece e valoriza a diversidade que compõe a nossa sociedade.

Nosso programa de governo será feito de forma coletiva e com participação popular, para que possamos assim garantir de fato uma real inclusão social que desmonte as estruturas do racismo, do machismo, do sexismo e da homofobia tão presentes em todas as esferas de relação e poder, para que possamos constituir uma nova sociedade onde todas as pessoas sintam-se seguras, respeitadas, que tenham equidade nas oportunidades e que tenham seus direitos garantidos.

1.1 - GARANTIA DE DIREITOS E COMBATE ÀS DESIGUALDADES

- Programa estadual permanente de renda básica;
- Ações afirmativas para promoção da igualdade racial;
- Ações afirmativas para promoção da igualdade de gênero;
- Ações afirmativas para inclusão da população LGBTQUIA+;
- Política emergencial e estruturante para áreas de risco e habitação Popular;
- Rede de Assistência Social/SUAS;
- Políticas afirmativas para povos e comunidades tradicionais;
- Políticas de inclusão e acessibilidade para pessoas com deficiência;
- Políticas públicas voltadas para a pessoa idosa;
- Políticas públicas voltadas às juventudes.

1.2 - EDUCAÇÃO E ESPORTE COMO DIREITO E INCLUSÃO SOCIAL

- Valorização dos profissionais da educação, com realização de concurso público e qualificação permanente;
- Universalização da educação integral e profissionalizante;
- Ampliação da rede universitária através da expansão da UPE;
- Projeto para combater o analfabetismo e analfabetismo funcional;
- Gestão escolar democrática e participativa;
- Criar Programa Especial para a Educação Básica, com indicadores de qualidade.

2. GESTÃO TERRITORIAL, PARTICIPAÇÃO E TRANSPARÊNCIA

Para uma gestão popular, democrática e participativa, primeiro é necessário assegurar o direito à população e todos os segmentos sociais de construir de forma efetiva as políticas para um Pernambuco mais justo e inclusivo, com base nos princípios da sustentabilidade, equidade e justiça social e, principalmente, que toda a população pernambucana possa tomar parte do processo de decisão sobre os temas que afetam suas vidas.

Com ênfase principalmente nos segmentos sociais vulneráveis que necessitam de uma forte atuação do Estado para desenvolver políticas públicas.

O Governo do PSOL/Rede Sustentabilidade terá como diretriz a governança popular e participativa para a efetiva inversão de prioridades em relação ao atual governo estadual por meio da melhoria constante da gestão pública em atender de forma mais eficaz os setores sociais mais necessitados.

Nossas marcas serão o fortalecimento da participação popular e social. A garantia dos direitos humanos e políticas de equidade e justiça social, considerando a questão de gênero, raça e etnia, respeitando a diversidade política, cultural, social e sexual, com transparência na execução das políticas públicas do Estado, incentivando a participação e o controle social, fundamentais para a construção de uma esfera pública democrática, adotando mecanismos de controle social em todas as esferas de governo.

Outra marca da nossa gestão para implementação das políticas públicas, será a elaboração e a execução do Orçamento de forma participativa, com a participação cidadã e da sociedade civil com suas representações sociais e populares no ciclo orçamentário, tendo como prioridade nas contas públicas a inclusão dos segmentos sociais historicamente abandonados e excluídos, através da implementação de políticas públicas articuladas e integradas com o olhar para as transversalidades da igualdade de raça, etnia e gênero com a prioridade ao amparo a todos os segmentos das classes trabalhadoras subalternizadas.

Também adotaremos na nossa forma de gestão governamental PSOL – REDE em Pernambuco, a implementação da Gestão Territorial, com visão sistêmica, os Planos de Desenvolvimento Territorial, analisarão de forma integrada e sistêmica os fatores que dificultam e os que potencializam o desenvolvimento sustentável das microrregiões do Estado.

Para isso, utilizaremos Eixos de Desenvolvimento para as nossas ações efetivamente voltados para dar conta da compreensão eficaz da realidade dessas microrregiões e das condições de vida da população pernambucana e estes eixos são compostos por vetores de ação e gestão do desenvolvimento territorial sustentável, com indicadores que serão acompanhados e monitorados continuamente para medir resultados e orientar as ações de governo.

2.1 - TRABALHO, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, C&T E INOVAÇÃO

- Construção de planos de desenvolvimento territorial sustentável com ampla participação social;
- Infraestrutura energética e projetos;
- Infraestrutura para a integração socioeconômica e produtiva;
- Políticas de emprego, renda e proteção ao trabalho com protagonismo das escolas profissionalizantes;
- Reforço de cursos técnicos com centros descentralizados de cadastro e alocação de mão de obra

- Apoio e incentivos para as micro, pequenas e médias empresas;
- Política de inclusão, suporte e organização do comércio informal;
- Fortalecimento dos órgãos de gestão ambiental para o controle e ordenamento territorial;
- Municipalização do licenciamento local e interiorização da CPRH;
- Política estadual de educação ambiental.

2.2 - AGRICULTURA E PESCA: JUSTIÇA SOCIAL E QUALIDADE DE VIDA NO CAMPO E NAS MARÉS

- Políticas de crédito e assistência técnica;
- Rede de compras governamentais para escolas e cozinhas comunitárias;
- Política de preços mínimos de produtos da agricultura familiar e agroecologia;
- Fortalecer o IPA e demais empresas e instituições;
- Criação dos Centros de Abastecimentos nas cidades polos do Estado;
- Programa estadual permanente de assistência técnica e extensão rural;
- Apoio a criação de redes de produção e beneficiamento;
- Implementação da política estadual de agroecologia;
- Política estadual de apoio à pesca artesanal.

2.3 - CULTURA, TURISMO E ECONOMIA CRIATIVA

- Fortalecer os Conselhos e polos culturais no interior;
- Fortalecer a política cultural do audiovisual;
- Fortalecer e expandir o modelo do Conservatório Pernambucano de Música para o interior;
- Criação dos centros culturais comunitários;
- Políticas de integração das juventudes em planos de educação, trabalho e renda;
- Escola Olímpica com bolsas atletas;
- Reforço das modalidades esportivas nas escolas e infraestruturas para modalidades;
- Política estadual de ecoturismo;
- Política estadual de economia criativa.

3 - ECOSSOCIALISMO E BEM VIVER

Para construirmos uma sociedade do Bem Viver, precisamos formular um novo modelo de desenvolvimento para o Estado de Pernambuco e para o Brasil, que deve se constituir através de uma proposta que considere a garantia dos direitos fundamentais da pessoa humana em harmonia com a natureza e entre indivíduos e comunidades.

A partir de experiências de vida e resistência, o bem viver é um ideal que rompe com os paradigmas de desenvolvimento baseados na extração sem limites dos recursos e na insustentabilidade das relações entre as pessoas com a natureza e entre as pessoas enquanto sociedade. É necessário considerar uma proposta que permita formular visões alternativas de formas de organizações e construção social. O elemento fundamental para alcançar este objetivo é garantir a democratização do poder. Isto exige participação e controle social a partir das bases sociais do campo e na cidade nos bairros e nas comunidades.

Novos movimentos sociais enraizados e sintonizados em sociedade desempenham um papel destacado neste processo. O desafio é construir uma horizontalidade do poder, sustentada na democracia, nas ações diretas e na autogestão comunitária. É necessário buscar formas coletivas de alternativas múltiplas, sobretudo nos espaços comunitários, considerando ainda os atuais desafios globais, como as mudanças climáticas, e seus reflexos no contexto local.

O bem viver se afirma através do equilíbrio, harmonia e na convivência entre os seres, mas também na harmonia entre o indivíduo com ele mesmo, entre o indivíduo e a sociedade, e entre a sociedade com o planeta e todos os seus seres. O desafio dessas harmonias se constitui como uma diretriz transversal para as políticas públicas a serem constituídas em nosso programa de governo.

Ao adotarmos o Ecosocialismo como referência, buscamos fornecer uma nova alternativa civilizatória, fundada nos argumentos básicos do movimento socioambiental, observando o progresso destrutivo que está levando o mundo a uma catástrofe ecológica sem precedentes. Para tanto, é necessário se fazer pensar em políticas fundadas em critérios não-mercantis, como as necessidades sociais e o equilíbrio ecológico. O Ecosocialismo é uma estratégia política que busca a convergência das lutas sociais e ecológicas, implementando Políticas Públicas de transição para sociedades do bem viver, com direitos humanos, justiça cognitiva e diálogo de saberes, gestão adaptativa, com o olhar para a interculturalidade e socioecologia.

3.1 - SAÚDE PARA TODAS AS PESSOAS E DEFESA DO SUS

- Fortalecimento do SUS público, estatal, integral e de acesso universal;
- Ampliação da rede de saúde estadual regionalizada com encerramento dos contratos com organizações sociais na gestão da saúde no Estado;
- Fortalecimento e expansão da rede de atenção básica, por meio da Estratégia de Saúde da Família, equipe multiprofissional e NASF;
- Interiorização da rede de hospitais de média e alta complexidade;
- Investimento do LAFEPE e criação de núcleos regionais;
- Criação de Redes das Casas de Parto em conexão com os polos hospitalares;
- Fortalecimento da Rede de Atenção Psicossocial com base nos princípios da Reforma Psiquiátrica;
- Gestão democrática e participativa da política de saúde pública;
- Fortalecimento da Política da Gestão do Trabalho e Educação Permanente em Saúde, com plano de cargos e carreiras do SUS, espaços permanentes de participação de trabalhadoras e trabalhadores na gestão do trabalho e da educação em saúde;
- Ampliação das políticas de saúde para populações e suas especificidades: negra, mulheres, indígenas, do campo, das águas, das florestas, em situação de rua, pessoas com deficiência, pessoas que vivem com HIV/AIDS, crianças e adolescentes, LGBTQiA+, em situação de imigração e romani;
- Valorização dos profissionais da saúde, com realização de concurso público e qualificação permanente;
- Encerramento dos contratos com organizações sociais na gestão da saúde pública;
- Fortalecer a rede de atenção básica e PSFs;
- Rede de hospitais de média e alta complexidade para o interior;
- Redes das Casas de Parto em conexão com os polos hospitalares;
- Gestão democrática e participativa da política de saúde pública.

3.2 - SEGURANÇA PÚBLICA E DIREITOS HUMANOS

- Diagnóstico para mudanças e reformas na estrutura da SDS;
- Valorização do pessoal com ênfase da política científica e inteligência;
- Projeto para Polícia comunitária e antirracista;
- Política de drogas que não seja de repressão aos usuários;
- Política de combate à violência contra a mulher, o feminicídio e o transfeminicídio, integradas a ações de prevenção e acolhimento às vítimas;
- Promoção da cultura da paz e da não violência nas escolas, eventos e comunidades, em parceria com as polícias, universidades e organizações não-governamentais.

3.3 - DIREITOS URBANOS E MOBILIDADE

- Auditoria nos cálculos e dados do Consórcio Grande Recife, buscando garantir uma tarifa social para todos, isenção para os desempregados e estudantes, em parceria com municípios;
- Metrô: fortalecer a empresa pública, com ampliação das linhas interligando toda a RMR;
- Reforçar redes de ciclovias metropolitanas integrando modais em parcerias com municípios;
- Projeto de redes de transportes fluviais;
- Diversificação e integração de modais com mais segurança para os usuários;
- Política de habitação, iluminação e áreas de lazer nas periferias.

3.4 - CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE E BEM-ESTAR ANIMAL

- Implementar uma política estadual de áreas protegidas;
- Criação e implementação de corredores ecológicos e mosaicos;
- Implementação da política estadual de bem-estar animal;
- Proteção dos ecossistemas do Estado.

3.5 - SANEAMENTO BÁSICO E SEGURANÇA HÍDRICA

- Política para estimular energias renováveis com redução de danos socioambientais;
- Recursos hídricos, abastecimento d'água e despoluição dos rios;
- Políticas estadual de resíduos sólidos e esgotamento sanitário em parcerias com os municípios;

- Fortalecimento da Compesa como empresa pública e operadora do plano estadual de universalização do abastecimento d'água e tratamento de esgoto;
- Fortalecimento dos comitês de bacia e da política estadual de recursos hídricos.

Tá na hora da gente, por um Pernambuco verdadeiramente popular e democrático, socialmente justo, estruturalmente solidário, ambientalmente responsável e com desenvolvimento econômico e social sustentado.

É para isso, que o PSOL enquanto Partido Político que compõem o campo democrático e popular juntamente com o Partido Rede Sustentabilidade, em formato de Federação Partidária, assumiram a responsabilidade histórica de construir uma alternativa real de governo para Pernambuco que se apresenta na defesa dos interesses da maioria da população com estabelecimento de uma ética de responsabilidade social, com inversão de prioridades, garantindo o resgate da dívida social através do direcionamento de serviços e investimentos públicos para as áreas e setores mais abandonados e vulneráveis.

Nossos sonhos são coletivos e a nossa construção de governo também. Queremos viver num Estado e num país onde o povo tenha seus direitos sociais garantidos, com inclusão, com igualdade étnico-racial e de gênero, com sustentabilidade ambiental e ampla participação popular nas políticas públicas.

Queremos viver num Estado e num país que a fome seja apenas um pesadelo do passado. Que o direito à moradia digna, ao transporte público de qualidade e uma política efetiva de promoção da saúde seja o básico para todas as pessoas.

Queremos viver num Estado em que a cultura, educação e esporte sejam valorizados sem os critérios mercantilistas. Que a arte seja uma porta para a cidadania da nossa juventude. Queremos que realizar sonhos coletivos seja parte do cotidiano da nossa gente.

Por isso apresentamos esse Programa de Governo para Pernambuco, queremos mudar com a participação popular. Queremos uma nova forma de fazer política, que não seja dominada pelos arranjos financeiros dos grupos e famílias oligárquicas tradicionais ou esse modelo de divisão de cargos para beneficiar os amigos do poder. Queremos um futuro diferente para o povo pernambucano. Queremos que esses sonhos sejam a nova realidade de Pernambuco e do Brasil.